

CONCEITOS BÁSICOS

Espaço Geográfico: é um importante conceito para a Geografia pois é o objeto principal de estudo dessa área do conhecimento. Entre os geógrafos o espaço geográfico é conceituado a partir de diferentes correntes de pensamento que apresentam diferentes perspectivas.

Nova Geografia, o espaço geográfico corresponde à organização da sociedade e seus elementos sobre o meio. Para autores, como Richard Hartshorne¹, a Geografia deveria se preocupar em **entender como os fenômenos se combinam na superfície terrestre, integrando em um mesmo viés os elementos naturais e humanos**. Em síntese, **a Geografia para ele deveria ser entendida como a ciência que estuda os diversos aspectos da superfície terrestre, partindo do critério da diferenciação de áreas**.

Além de conseguir elaborar uma perspectiva integradora entre o espaço humano e o espaço físico, Hartshorne também teve o mérito de integrar, de certa forma, a Geografia Geral com a Geografia Regional.

Outra importante contribuição consistiu na elaboração e aplicação do **conceito de região**. Para ele, **região não era uma realidade presente em si mesma no espaço, mas uma elaboração intelectual humana para compreendê-lo**. Tal concepção deve-se, sobretudo, à influência do pensamento de Kant, que defendia que os conceitos não existem a priori da compreensão humana.

O que determinou o conceito de **regionalização ou divisão regional** como sendo um sistema de **classificação elaborado cientificamente para atender a um determinado objetivo em uma pesquisa ou em um estudo detalhado sobre as diferentes partes de uma mesma área, espaço ou território** e proporcionar a elaboração de bases teórico-conceituais que instruíram o pensamento geográfico posterior, com destaque para a linha de pensamento que mais tarde veio a ser conhecida por Nova Geografia.

Milton Santos segue uma escola crítica radical afirma que **o espaço geográfico é um conjunto de sistemas de objetos e ações, isto é, os itens e elementos artificiais e as ações humanas que manejam tais instrumentos no sentido de construir e transformar o meio, seja ele natural ou social**.

Geógrafos humanistas, tem o conceito de espaço geográfico estaria atrelado à questão subjetiva, cultural e individual. Nesse sentido, **o espaço é o “habitat” dos seres humanos e tem como o meio de vivência onde as pessoas imprimem suas marcas cotidianamente, proporcionando novas leituras à medida que a compreensão do mundo se modifica**.

O conceito em questão é controverso e dinâmico no entanto tem como consenso que **o espaço geográfico representa a intervenção do homem sobre o meio seja produto ou dependendo da abordagem pode também ser produzido de relações humanas e suas ações sobre o meio biótico e abiótico ou paisagem**.

¹ Richard Hartshorne (1899-1992) foi um geógrafo estadunidense muito conhecido pela ampla difusão de suas principais obras: A Natureza da Geografia e Propósitos e Natureza da Geografia. Trata-se de um dos principais nomes dessa ciência, com uma vasta obra que deixou um importante legado, incluindo conceitos e observações ainda hoje empregados. Hartshorne um dos principais responsável pela sistematização e difusão da epistemologia da Geografia nos EUA, seguidor dos ideais do geógrafo alemão Alfred Hettner, traduzindo para o inglês várias das obras de Hettner.

Paisagem

Na Geografia, a definição da paisagem é bastante relevante pois, ao lado das noções de espaço, território, lugar e região, a paisagem é considerada como categoria central de análise no pensamento geográfico. E sendo considerada como um sistema pode ser dividida em unidades Tabela 1 Fonte: Bertrand (2004).

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global

TABELA 1 –

UNIDADES DA PAISAGEM	ESCALA TEMPORO-ESPACIAL (A. CAILLEUX J. TRICART)	EXEMPLO TOMADO NUMA MESMA SÉRIE DE PAISAGEM	UNIDADES ELEMENTARES				
			RELEVO (1)	CLIMA (2)	BOTÂNICA	BIOGEOGRAFIA	UNIDADE TRABALHADA PELO HOMEM (3)
ZONA	G I grandeza G. I	Temperada		Zonal		Bioma	Zona
DOMÍNIO	G. II	Cantábrico	Domínio estrutural	Regional			Domínio Região
REGIÃO NATURAL	G. III-IV	Picos da Europa	Região estrutural		Andar Série		Quarteirão rural ou urbano
GEOSSISTEMA	G. IV-V	Atlântico Montanhês (calcário sombreado com faia higrófila a <i>Asperula odorata</i> em "terra fusca")	Unidade estrutural	local		Zona equipotencial	
GEOFÁCIES	G. VI	Prado de ceifa com <i>Molinio-Arrhenatheretea</i> em solo lixiviado hidromórfico formado em depósito morânico			Estádio Agrupamento		Exploração ou quarteirão parcelado (pequena ilha ou cidade)
GEÓTOPO	G. VII	"Lapiés" de dissolução com <i>Aspidium lonchitis</i> em microsolo úmido carbonatado em bolsas		Microclima		Biótopo Biocenose	Parcela (casa em cidade)

NOTA: As correspondências entre as unidades são muito aproximadas e dadas somente a título de exemplo.

1 - conforme A. Cailleux, J. Tricart e G. Viers; 2 - conforme M. Sorre; 3 - conforme R. Brunet.

Paisagem é denominada pela palavra **landscape**, tem origem na palavra alemã **landschaft**. Onde **landschaft** é considerada como derivada da expressão "**land schaffen**", cujo sentido seria criar a terra. Na origem alemã, o termo pretendia ir além da simples apreensão visual de porções do espaço, mas compreender como o que vemos materializado na paisagem é resultado das relações estabelecidas entre as sociedades humanas, o lugar onde vivem e sua cultura.

A noção de paisagem de Humboldt foi influenciada pelo movimento romântico por meio da filosofia de Schelling e Schiller e, especialmente, pelas reflexões de Goethe sobre a natureza e estética. A ideia de paisagem associada à forma de apreender a totalidade do particular foi relevante na Geografia Tradicional Alemã, inclusive no pensamento de Carl Ritter (1779 – 1859).

A definição do conceito de paisagem do geógrafo norte-americano Carl Sauer (1889 – 1915). Com influência do geógrafo alemão Otto Schlüter, Sauer desenvolveu o conceito de paisagem cultural. Para Sauer, o processo de formação das paisagens se dá por meio da ação da cultura sobre a paisagem natural, transformando-a. Este conceito influenciou a definição oficial adotada pela UNESCO em 1992, que passou a reconhecer a paisagem como elemento específico do patrimônio cultural da humanidade.

Paisagem natural

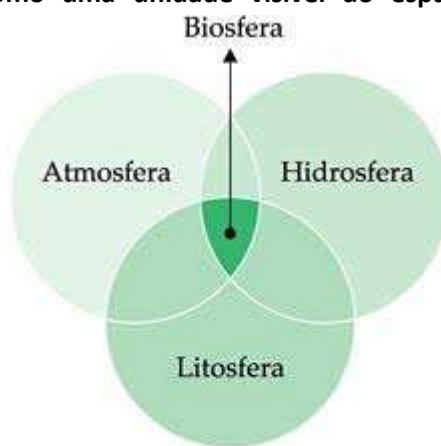
Conceito leva em conta os componentes físico naturais da paisagem observada, como a vegetação, o solo, o relevo, os aspectos do clima e a hidrografia. Uma concepção derivada de uma corrente de pensamento (escola alemã) com uma visão descritiva do espaço em que os elementos físicos eram privilegiados.

Paisagem cultural

Em oposição à ideia de paisagem natural intocada, surge um **conceito de paisagem cultural – também chamada de paisagem humanizada, geográfica ou modificada**. Esta concepção **leva em conta os elementos visíveis da paisagem que sofreram transformação antrópica**. São priorizadas nessa análise, componentes como estradas, pontes, redes de iluminação e telefonia, prédios, casas e outros, desde que sejam frutos do trabalho humano. Por essa concepção, uma favela, um lixão ou uma lavoura, são exemplos de paisagens.

Paisagem dinâmica

O termo formulado Geógrafo Milton Santos é um dos conceitos de paisagem bastante utilizado na Geografia brasileira e internacional. **...“ a paisagem como uma unidade visível do espaço geográfico... é tudo aquilo que a nossa vista alcança em um determinado momento**. No entanto, essa paisagem não é só um “retrato”, que deve ser analisado apenas em seu aspecto visual. A paisagem **tem movimento, fluxos, sons e cheiros**. É tudo o que a percepção abarca. E deve ser considerada em sua dinâmica, em seu processo e na interação de elementos naturais e culturais”.



Paisagem estática

Assim é tratada quando geógrafos pesquisam temáticas relacionadas aos aspectos físicos da Geografia, justificam que alguns aspectos tem manifestação dinâmica significativa ao longo do tempo geológico e outros que recorrem à **necessidade de análise de uma paisagem estática quando é premissa para realizar trabalhos que visem realizar registros e produzir representações desse fragmento do espaço geográfico**. Por exemplo, uma paisagem entendida em seu aspecto visual e descritivo é útil para a confecção de alguns tipos de mapas ou para estudos de caráter quantitativo do meio ambiente.

MEIO AMBIENTE

Para as Organização das Nações Unidas (ONU) o meio ambiente é o conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que podem causar efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas.

O meio ambiente é o conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural a biosfera (Figura 1). Assim, o meio ambiente é composto por toda a vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas, atmosfera. Também fazem parte do meio ambiente os recursos naturais, como a água e o ar e os fenômenos físicos do clima, como energia, radiação, descarga elétrica e magnetismo.

Figura 1: meio ambiente é composto por quatro esferas diferentes: atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera.

O conceito de meio ambiente em seu aspecto legal foi primeiramente trazido pela Lei 6.938/81, no seu artigo 3º, I, conhecida como Lei de Política Nacional do Meio Ambiente. Tal definição posteriormente foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, que, de acordo com o seu artigo 225, tutelou tanto o meio ambiente natural, como o artificial, o cultural e o do trabalho, como pode ser constatado:

Art. 225 – Todos tem direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ZONEAMENTO AMBIENTAL

O conceito de zoneamento tem origem nas sociedades industrializadas e urbanizadas e na necessidade do estabelecimento de áreas com destinação especial. No presente artigo é utilizado o conceito de zoneamento que seria “um procedimento urbanístico, que tem por objetivo regular o uso da propriedade do solo e dos edifícios em áreas homogêneas no interesse do bem-estar da população” (SILVA, 1981, p. 291).

Zoneamento ambiental – elencado como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (lei federal nº 6.938/1981), o termo, posteriormente, quando da edição do decreto federal nº 4.297/2002, evolui para zoneamento ecológico-econômico (ZEE).

O zoneamento ambiental pode ser definido como o conjunto de áreas legalmente estabelecidas pelo poder público as quais são protegidas obtendo-se a preservação do meio e de suas condições naturais em certos espaços territoriais do país. A Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA através da Lei 6.938/81 em seu 9º artigo, inciso II, define o zoneamento ambiental como um instrumento da política nacional do meio ambiente.

O Artigo 225 da Constituição Federal em seu capítulo VI, que dispõe sobre o Meio Ambiente em seu primeiro parágrafo inciso III define que em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes devem ser especialmente protegidos, com alteração e supressão podendo ser realizadas somente com autorização da lei visando sua proteção e integridade.

Constituem essas áreas os Parques Nacionais e Estaduais, Parques Florestais, Parques ecológicos e as Reservas Biológicas, Ecológicas, Florestais e Extrativistas, nessas áreas podem estar presentes áreas menores como as estações ecológicas, áreas de proteção ambiental (APA), áreas de relevante interesse ecológico (ARIE), área sob proteção especial (ASPE), Monumentos Naturais e reservas do Patrimônio Mundial.

O zoneamento se consolida quando são estabelecidos critérios legais e regulamentos para que determinadas parcelas do solo, ou mesmo de cursos d'água doce ou do mar, sejam utilizadas ou não utilizadas, segundo critérios preestabelecidos. Tais critérios, uma vez firmados tornam-se obrigatórios, seja para o particular, seja para a Administração Pública, e assim constituindo-se em limitação administrativa incidente sobre o direito de propriedade (ANTUNES, 1999, p. 125)

GIEHL (2017) classifica o zoneamento em vários tipos, como: Zoneamento ambiental urbano: Zona de uso industrial; Zona de uso estritamente industrial; Zona de uso predominantemente industrial; Zona de uso diversificado; Zoneamento agrícola; Zoneamento costeiro etc. O autor considera que no âmbito jurídico essas delimitações dos tipos de zoneamento a serem feitos são importantes, pois são

regiões distintas em suas características físico-químicas-biológicas e no funcionamento e utilização de recursos.

Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE), faz parte da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, tem sido utilizado pelo poder público com projetos realizados em diversas escalas de trabalho e em frações do território nacional. Municípios, estados da federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de planejamento ambiental territorial (BRASIL, 2017).

O ZEE tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Para tanto, parte do diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional e do estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial identificada, estabelecendo, inclusive, ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos porventura ocorridos (BRASIL, 2017).

OUTROS TIPOS DE ZONEAMENTO AMBIENTAL

Outros tipos de zoneamento conforme Ministério do Meio Ambiente (MMA) disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/8188-outros-tipos-de-zoneamento> Último acesso em 08/03/2020

Além do zoneamento ecológico-econômico (ZEE), outros tipos de zoneamento têm adquirido destaque para a formulação, espacialização e implementação de uma série de políticas. Dentre esses zoneamentos, podem ser mencionados:

Zoneamento socioeconômico-ecológico (ZSEE) – trata-se do próprio ZEE, cuja nomenclatura, no entanto, empregada nos estados de Mato Grosso e Rondônia, busca evidenciar, para além dos aspectos ambientais e econômicos, a dimensão social.

Zoneamento agroecológico (ZAE) - enquanto a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei federal nº 6.931/1981) possui, dentre seus instrumentos, o ZEE, a Política Agrícola, regida pela lei federal nº 8.171/1991, prevê, em seu artigo 19, inciso III, a realização de zoneamentos agroecológicos, que permitem estabelecer critérios para o disciplinamento e o ordenamento da ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas, estando a aprovação do crédito rural, inclusive, condicionada às disposições dos zoneamentos agroecológicos elaborados, dentre os quais destaca-se o ZAE da cana-de-açúcar, instituído por meio do decreto federal nº 6.961/2009.

Zoneamento agrícola de risco climático – outro instrumento da Política Agrícola, o zoneamento agrícola de risco climático é elaborado com o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos, permitindo a identificação da melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares.

São analisados os parâmetros de clima, solo e de ciclos de cultivares, a partir de uma metodologia validada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e adotada pelo Ministério da Agricultura (MAPA). Desta forma são quantificados os riscos climáticos envolvidos na condução das lavouras que podem ocasionar perdas na produção. Esse estudo resulta na relação de municípios indicados ao plantio de determinadas culturas, com seus respectivos calendários de plantio, orientando o crédito e o seguro à produção.

O zoneamento agrícola de risco climático foi usado pela primeira vez na safra de 1996 para a cultura do trigo. Recebe revisão anual e é publicado na forma de portarias, no Diário Oficial da União e no site do MAPA. Atualmente, os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático já contemplam 40 culturas, alcançando 24 unidades da federação.

Zoneamento industrial – disciplinado pela lei federal nº 6.803/1980, trata-se de tipologia de zoneamento realizado nas áreas críticas de poluição a que se refere o artigo 4º do decreto-lei nº 1.413/1975, com a identificação das zonas destinadas à instalação de indústrias, em esquema de zoneamento urbano, aprovado por lei, compatibilizando as atividades industriais com a proteção ambiental.

Zoneamento urbano - instrumento utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos. O zoneamento urbano atua, principalmente, por meio do controle de dois elementos principais: o uso e o porte (ou tamanho) dos lotes e das edificações. Através disso, supõe-se que o resultado final alcançado através das ações individuais esteja de acordo com os objetivos do município, que incluem proporcionalidade entre a ocupação e a infra-estrutura, a necessidade de proteção de áreas frágeis e/ou de interesse cultural, a harmonia do ponto de vista volumétrico, etc.

Etnozoneamento – instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – instituída pelo decreto federal nº 7.747/2012 – **destinado ao planejamento participativo e à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas**, desenvolvido a partir do etnomapeamento. O etnomapeamento, por sua vez, consiste no mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.

Bibliografia:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 3. ed. rev., ampl. e atualiz. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999, p. 125

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico Econômico. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>.

GIEHL, Germano. O zoneamento ambiental. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 37, jan 2007. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3203.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. São Paulo, RT, 1981, p. 291.